

29321

A VIOLÊNCIA NO PARTO

Camila Borba. **Orientador:** Claudia Junqueira Armellini

INTRODUÇÃO: A violência institucional pode ser considerada uma das faces mais preocupantes da violência, porquanto é praticada por agentes e órgãos públicos que deveriam estar voltados para a defesa dos cidadãos. A qualidade do atendimento é uma condição a ser considerada para a evolução do processo de parturição, demonstrando o desempenho e a eficiência da instituição em que ocorre. **OBJETIVO:** Caracterizar a violência institucional praticada contra as mulheres durante a parturição. **METODOLOGIA:** O projeto desta pesquisa foi aprovado pela Comissão de Pesquisa da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul sob o nº22096. Trata-se de uma Revisão Integrativa proposta pelo método de Cooper. A amostra foi composta por dez artigos indexados na base de dados LILACS, no período de 2002 a 2011. **RESULTADOS:** Apenas dois artigos apresentaram como objetivo a investigação da violência, nos demais, a violência institucional não fez parte dos objetivos, entretanto sua descrição surgiu nos resultados dos estudos. Assim, observou-se que, embora a humanização da assistência ao parto seja um tema atual, poucos estudos abordam a violência institucional no processo de parturição. A maioria deles revelou situações de violência, contudo não analisa com a gravidade que realmente representam essas questões. Quanto às questões de cuidado, em 90,0% da amostra, tratamentos grosseiros e desrespeitosos foram descritos como fazendo parte da prática de alguns profissionais. Em 70,0% dos estudos, os autores abordaram a objetificação da mulher pela equipe de saúde e a promoção de desconforto no momento dos procedimentos, caracterizada, principalmente, pela realização de exame de toque vaginal doloroso e descuidado. O abandono da parturiente foi citado em 40,0% dos estudos como questão de violência, evidenciando que o foco do atendimento parece não ser a mulher, mas sim seu útero. Além disso, em 40,0% dos artigos, os autores classificaram como violência o uso de falas moralistas e pejorativas, jargões do tipo: “Na hora de fazer não gritou”, entre outros. É importante constatar que todas essas situações de violência estão associadas e causam danos a parturiente em seu momento de maior sensibilização. A totalidade dos artigos da amostra (100,0%) revelou situações de negligência através da ausência de informações. Já a violência física foi identificada em 80,0% dos artigos, assim como a violência verbal. Nenhum caso de violência sexual foi descrito. Em 70,0% dos estudos, o pré-parto foi citado como momento de ocorrência da violência institucional, seguido do momento do parto (30,0%), admissão no centro obstétrico (20,0%) e pós-parto (10,0%). **CONCLUSÃO:** A violência institucional durante a parturição trata-se de um problema de saúde pública do qual os profissionais não são os únicos responsáveis. Esses resultados corroboram a importância do aprofundamento do tema e de mais estudos na área. Entende-se que a identificação da violência institucional é essencial para modificação do cenário atual, observando-se três caminhos para ruptura desse ciclo: apropriação de conhecimentos pelas gestantes desde o pré-natal, incorporação de mudanças na formação acadêmica, bem como, fortalecimento das políticas de saúde a favor dos direitos da mulher.